

"Na época do meu pai, plantava tudo e colhia": endividamento e mudanças na paisagem do Centro-Norte do Tocantins¹

"In my father's time, all that was planted we sowed": indebtedness and changes in the landscape in the north-central Tocantins region

Maíra Vale²

Antonia Laudeci Oliveira Moraes (PPGCult-UFNT)³

Catarina Morawska (UFSCar)⁴

Valéria Santos (UFG)⁵

Dernival Ramos (PPGCult-UFNT)⁶

Sariza Caetano (PPGCult-UFNT)⁷

Jessica Sklair (QMUL)⁸

Resumo: O artigo aborda o endividamento em 7 comunidades camponesas ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins, e tem como base pesquisa estruturada em formato de extensão que contou com uma oficina sobre financeirização em março de 2024, durante a 5ª Feira Expositiva da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins), com a presença de 90 participantes, entre camponeses, lideranças indígenas e quilombolas, bem como entrevistas e

¹ A pesquisa que baseia esse artigo contou com o financiamento HSS Collaboration & Strategic Impact Fund da Queen Mary University of London (QMUL), do CNPq, por meio do Projeto Universal "Etnografias da dívida: rede de pesquisas sobre financeirização em perspectiva comparada" (Processo 421087/2023-4) e da CAPES, por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Pós-Doutorado Estratégico do Projeto "Território e cultura dos comuns" (Processo 88887.917945/2023-00).

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp). Pesquisadora de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Coordenadora institucional do Instituto Mulheres e Economia (imuê) e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar). Email: vale.maira@gmail.com.

³ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Professora da SEDUC/PA. Email: laudinhaoliveira58@gmail.com.

⁴ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). Email: morawska-vianna@ufscar.br.

⁵ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Regionais (PPGDire/UFT). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pelo IESA/UFG e integrante do NEUZA/UFNT. Email: valeriapereira@discente.ufg.br.

⁶ Doutor em História pela Universidade de Brasília (PPGH/UnB). Pós-doutor em Estudos de Conservação e Desenvolvimento dos Trópicos (Universidade da Flórida). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Email: dernival.junior@ufnt.edu.br.

⁷ Pós-doutora em Religião e Cultura Popular pelo GPMINA, Universidade Federal do Maranhão. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Unicamp). Professora no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Email: sariza.venancio@ufnt.edu.br.

⁸ Doutora em Antropologia (Goldsmiths, University of London). Professora na School of Business and Management, Queen Mary University of London. Email: j.sklair@qmul.ac.uk.

rodas de conversa sobre esse tema em 7 comunidades camponesas entre junho e julho de 2024. O objetivo do artigo é explorar como as mudanças na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm resultado em uma série de dificuldades na manutenção das roças e na necessidade de recursos que são facilmente acessados por crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família. O que os relatos evidenciam é que o crescente endividamento em comunidades camponesas está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

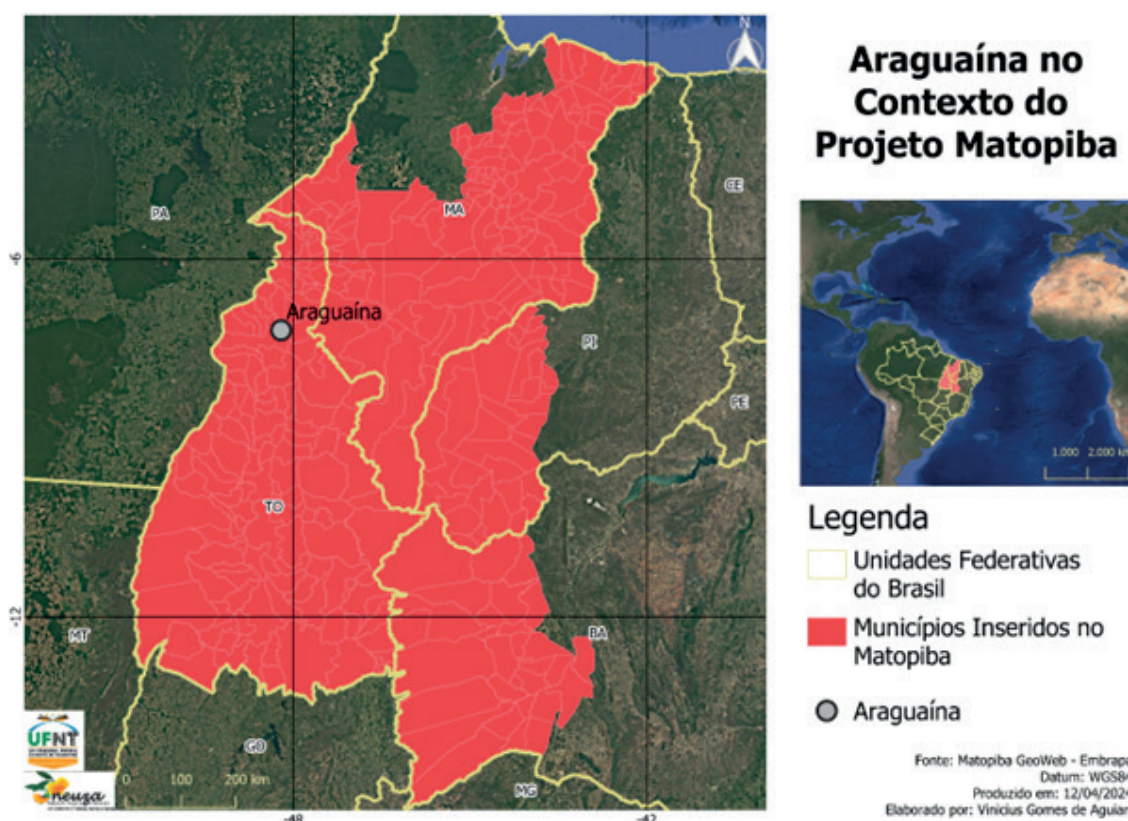
Palavras-chave: endividamento; comunidades camponesas; aposentadoria rural; financeirização.

Abstract: This paper deals with indebtedness in 7 peasant communities around the city of Araguaína, in north-central Tocantins, and is based on a collaborative research that included a workshop on financialization in March 2024, during the 5th Peasant Women of Tocantins Fair organized by the Pastoral Land Commission (CPT/Araguaia-Tocantins), attended by 90 participants, including peasants, indigenous and quilombola leaders, as well as interviews and roundtables on this topic in 7 peasant communities between June and July 2024. The aim of the article is to explore how the changes in the landscape brought about by large-scale industrial agriculture have resulted in a series of difficulties in maintaining the peasant production and the need for resources that are easily accessed through consigned credit guaranteed by rural pensions and Bolsa Família. What the narratives show is that the growing indebtedness of peasant communities is directly associated with the broader context of agrarian conflicts and the expansion of agribusiness in the region.

Keywords: indebtedness; peasant communities; rural retirement; financialization.

Introdução

O Centro-Norte do Tocantins é desde a década de 1960 uma região disputada entre, de um lado, o Estado e agentes privados, e de outro, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco e camponesas tradicionais, algumas delas secularmente territorializadas na região. Tais disputas se acirraram, de modo especial, a partir de 2014, com a delimitação territorial do MATOPIBA, acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e o plano de desenvolvimento econômico promovido para a região pelo governo federal em parceria com o setor empresarial da agroindústria e agropecuária (Miranda, Magalhães, Carvalho, 2014; Brasil, 2015). Trata-se de projeto que, ao mesmo tempo que estimula a expansão do agronegócio, tem conferido contexto institucional ao aumento do desmatamento, grilagem de terra e violências contra as condições e modos de vida dessas comunidades.



Entre os mecanismos que têm respaldado o projeto de desenvolvimento do MATOPIBA podemos destacar a crescente financeirização do agronegócio (Perin, 2025), bem como a financeirização da terra e do trabalho na região de expansão da fronteira agrícola (Cunha, 2025). Em geral, a literatura que aborda o tema das transformações da economia global aponta para o fortalecimento da articulação entre os processos de globalização, neoliberalismo e financeirização desde o final da década de 1970 (Crotty, 2005; Epstein, 2005; Muellerleile; French, 2022). Este último processo mais recente, o da financeirização, é entendido como a influência cada vez maior de instrumentos, instituições, mercados e atores financeiros sobre a economia (Epstein, 2005) e a mudança de uma ênfase na produção e no comércio para a especulação financeira (Krippner, 2005).

No caso do agronegócio, Vanessa Perin (2025) aborda esse processo ao observar a relação de corporações transnacionais do agronegócio com grandes bancos, fundos de investimentos,

gestoras de ativos, bolsas de valores. Além do aumento de uma estrutura corporativa muitas vezes fragmentada em proprietários e acionistas, a autora aponta para o fato de que cada vez mais o poder de decisão e a gestão dos negócios são dados aos acionistas de empresas que operam em diferentes segmentos da cadeia do agronegócio, por vezes orientados por lógicas não necessariamente conectadas à prática agrícola (Perin, 2025).

A agricultura industrial no Centro-Norte do Tocantins vem acompanhando esse processo de financeirização, ainda que sua expansão tenha historicamente se pautado por métodos de expropriação da terra que incluíam a mercantilização de bens vitais e cercamentos dos territórios. A conhecida prática de grilagem de terras, por exemplo, era marcada pela aliança entre o poder local e fazendeiros que buscavam se apropriar de áreas comunitárias, e eliminar um modo de vida pensado a partir do comum como princípio político (Dardot; Laval, 2017; Ramos Júnior; Santos, 2023). O que se vê no processo de financeirização do agronegócio, portanto, é que a mercantilização dos comuns se soma ao processo de “assetização” da agricultura brasileira (Perin, 2025; Perin; Morawska, no prelo), isto é, à crescente presença de instrumentos financeiros ligados a cadeias do agronegócio. Este é o caso de seguros, títulos de crédito agrícola, debêntures, contratos futuros de *commodities*, fundos de *equity*, e tantos outros produtos de difícil compreensão para os não especialistas do mercado financeiro. Trata-se de um fenômeno que vem crescendo ao longo das últimas décadas, potencializado pela crescente presença do mercado financeiro no cotidiano e sua influência política em países de Norte a Sul do globo, e que impacta diretamente no acesso do agronegócio a créditos e recursos.

Estudos recentes têm mostrado que, além do domínio sobre os mercados produtivos, esse processo também tem se expandido para aspectos da vida cotidiana, impactando diretamente a saúde, educação e bens vitais (Bayliss *et al.*, 2019). Isso se vê, por exemplo, no crescente endividamento de boa parte da população brasileira. De acordo com a Confederação Nacional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em agosto de 2024 um total de 78% das famílias no país estavam endividadas (CNC, 2024). Dos 5,43 milhões de agricultores familiares no Brasil, 1,35 milhão estão endividados (33% do total) (MDA, 2025). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: “das famílias que possuem dívidas, 70% estão com restrições nos bancos e 30% com restrições nos serviços de proteção ao crédito. Em relação às instituições de crédito, 69% dos débitos dos agricultores familiares têm valor inferior a R\$ 10 mil. Entre as pessoas com restrição de crédito, 47% têm dívidas de até R\$ 1 mil” (MDA, 2025). Tal situação aponta para o que Langley (2020) denominou “financeirização da vida”, vista dentro mesmo de comunidades em luta por terra e território, o que levou o governo brasileiro a lançar em fevereiro de 2025 o programa Desenrola Rural (Decreto 12381/2025) para a renegociação de dívidas para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Este artigo, assim, propõe refletir sobre o endividamento de camponeses em sete comunidades ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins. O que se pretende explorar aqui é como o endividamento que vem atingindo diretamente o cotidiano de comunidades rurais tem sido agravado pelos impactos negativos do avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins. Como se pretende mostrar, as mudanças na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm resultado em uma série de dificuldades na manutenção das roças e na necessidade de recursos que são facilmente acessados por crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família. O que os relatos das comunidades rurais evidenciam é que o crescente endividamento de camponeses está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

Esse argumento será explorado em três partes. Na primeira, será apresentada a metodologia de pesquisa na qual o artigo se embasa, enfatizando a importância de uma pesquisa estruturada

em formato de extensão para fomentar entre comunidades camponesas debates em torno do tema da financeirização. Na segunda parte, serão abordadas as mudanças na paisagem decorrentes do avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins, vivenciado no contexto rural na figura dos fazendeiros, referidos pelos agricultores camponeses como “*os grandes*”. O que a experiência das comunidades camponesas revela é que o avanço dos *grandes* vem provocando uma série de dificuldades na manutenção das roças da região. Na terceira parte, o foco é o processo de endividamento das famílias camponesas. O objetivo é apontar como as dificuldades com os quintais produtivos resultam na necessidade de crédito para investir nas instalações e produção camponesas, acessado mais facilmente por meio de crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família do que pelos programas do governo de crédito subsidiado. Por fim, nas considerações finais, retomamos o argumento principal do artigo, reiterando que o crescente endividamento em comunidades camponesas está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

Metodologia da pesquisa

O presente artigo tem como base pesquisa estruturada em formato de extensão que contou com dois momentos. O primeiro foi a oficina “Financeirização do capital, endividamento e luta pela terra”, realizada em março de 2024 durante a 5ª Feira Expositiva da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins), com a presença de 90 participantes, entre camponeses, lideranças indígenas e quilombolas.⁹ A partir do debate feito na ocasião, foi possível mapear as diferentes

⁹ O evento foi organizado pela Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira, iniciativa fruto do trabalho de formação e apoio às mulheres do campo em situação de violências desenvolvido pelas agentes pastorais da CPT Regional Araguaia-Tocantins desde 2013. A Rede conta ainda com a parceria de professoras do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins (NEUZA/UFNT), tendo organizado 5 Feiras Expositivas da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins desde 2019 (Santos; Moraes; Neves; Venâncio, 2021).

formas de crédito acessadas pelos trabalhadores rurais daquela região, tais como empréstimos consignados garantidos por aposentadorias oferecidos por bancos e financeiras (como a Sicred), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) via Banco da Amazônia S.A. (BASA), cartão de crédito, crediário, carnês de lojas (farmácia, comércio), além de outras formas de crédito informal como empréstimos familiares e agiotagem.

Em seguida, foram selecionadas sete comunidades próximas aos municípios de Araguaína, Nova Olinda, Barra do Ouro, Filadélfia e Ananás, que participaram da feira das mulheres agricultoras em março. Os critérios de seleção foram elaborados de acordo com as diferentes situações fundiárias das comunidades, incluindo ocupações e projetos de assentamento consolidados, grupos que tenham demonstrado interesse no tema e dúvidas sobre empréstimos, principalmente com relação ao PRONAF, e participantes de programas estaduais e municipais de alimentação escolar. Entre junho e julho de 2024 foram gravadas entrevistas com 7 mulheres e homens que participaram da feira e 4 rodas de conversa com 19 mulheres, todas realizadas nas suas próprias comunidades. As conversas não apenas recuperavam as discussões feitas na oficina em março daquele ano, como também aprofundavam aspectos da sua relação com bancos e o acesso a crédito. Além disso, abordavam os impactos do avanço do agronegócio nos últimos anos na terra e nos modos tradicionais de cultivar, já que a região é a atual fronteira de expansão da plantação de soja no Brasil.¹⁰

O que o debate realizado com camponesas e camponeses revelou foi a coexistência de preocupações típicas da produção agrícola em pequena escala, atualmente sob ameaça da pressão da agricultura industrial, e preocupações ligadas aos efeitos da expansão do acesso a linhas de crédito pessoal em contextos rurais. Tal processo de financeirização é tomado aqui como a “expansão

¹⁰ Os nomes tanto das pessoas entrevistadas quanto dos assentamentos e ocupações, aqui também referidos como comunidades camponesas, serão anonimizados neste artigo para garantir a proteção de dados pessoais relacionados a questões bancárias e previdenciárias, bem como por questões de segurança em relação aos conflitos agrários.

e crescente influência das finanças e, especificamente, o aumento da vinculação, tradução e interações entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais” (Bear; Ho; Tsing; Yanagisako, 2015, tradução nossa). Tal distinção entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais é o ponto de partida para esta reflexão, que se propõe a evidenciar os efeitos da financeirização entre comunidades camponesas no Centro-Norte do Tocantins.

O debate em conjunto com camponesas e camponeses explicitou um conhecimento e um modo de vida pautados por uma lógica distinta daquela que se faz ver cada vez mais presente com a expansão do agronegócio financeirizado. Tal abordagem analítica permite levar adiante a proposta político-acadêmica de Julie Graham e Katherine Gibson (2006) de revelar diferentes paisagens econômicas para que se possa nutrir a imaginação sobre espaços alternativos e abrir a possibilidade de desafiar desigualdades estruturais. Embora o foco da reflexão aqui feita não seja explorar formas econômicas alternativas ao processo de financeirização, a metodologia adotada nesta pesquisa reforça o potencial de se associar atividades de extensão com pesquisa. Este foi o caso da realização de uma oficina sobre financeirização durante uma tradicional feira de mulheres camponesas seguida de entrevistas que permitiram aprofundar reflexões sobre a conexão entre o endividamento familiar e o avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins. Tal formato permite ainda que se fomente o debate coletivo sobre questões vividas pelas camponesas individualmente, como é o caso do endividamento pessoal, cujas causas são estruturais a um processo de financeirização em larga escala.

Impactos do agronegócio e mudanças da paisagem no centro-norte do Tocantins

Do ponto de vista das comunidades camponesas da região do Centro-Norte do Tocantins, pouco se sabe sobre os mecanismos do setor financeiro que permitem o acesso dos *grandes* ao capital necessário para a expansão de suas monoculturas. Contudo, os efeitos dessa aliança entre

setor financeiro e agronegócio são percebidos pelos camponeses na transformação da paisagem e, frequentemente, nos conflitos em torno da terra que, nas palavras de Josiel Santos (2024), “desassossegam” as comunidades.

Em uma delas, bem próxima à cidade de Araguaína, cada vez mais se veem pessoas circulando com caminhonetes caras, como a Toyota Hilux. Pela proximidade com o centro urbano, moradores da cidade têm ocupado a área da comunidade para colocar gado, desmatar grandes extensões e fazer pasto. Para tanto, elas paulatinamente vão ocupando lotes antes destinados à Reforma Agrária, que acabam aglutinados e “transformados em um mini-latifúndio”, como disse uma agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins). Naquela comunidade o número de famílias havia sido reduzido e circulavam notícias de que havia um médico com 5 lotes, e um dono de loja de material de construção com 3 ou 4 lotes. A notícia que corre é que esses novos ocupantes fazem acordos com o grupo econômico que reivindica a propriedade da terra, em conflito há anos com os camponeses. Essa dinâmica indica ocupações antigas que aos poucos vão deixando de ter o perfil de Reforma Agrária, dificultando a implementação do projeto de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além disso, era frequente nas 7 comunidades visitadas escutar relatos sobre as muitas mudanças na paisagem: desmatamentos que atingem cabeceiras de rio, plantações que secam córregos que nunca antes haviam secado, venda de lotes em assentamentos, ocupações das reservas obrigatórias dos assentamentos, excesso de caaitu, cotia e outros bichos que, por falta de comida ao redor, têm cada vez mais recorrido às roças e quintais produtivos para se alimentar.

“Na época do meu pai”, nos contou dona Sara, “plantava de tudo e colhia, não tinha praga”. Hoje, ela continuou, pode até plantar arroz, a terra dá, mas não se consegue colher porque os pássaros comem, “os bichos não têm mata hoje, não têm o que comer, (...) arroz, então, não adianta, os bichos não deixam”. Na sua roça vimos vários pés de mandioca “fuçados” por cotias, cavados

em volta do caule para comer a raiz.¹¹ Em outra comunidade, escutamos que em 2024 só se plantou arroz para não perder a semente, já que não se conseguia mais colher.

Dona Ângela lembrou que as fazendas de soja ao redor de seu assentamento estão “em cima”, e na época da chuva, quando a água vem, ela corre toda para baixo, cheia de veneno. Dona Margarida, moradora de uma comunidade cortada pela ferrovia Norte-Sul, tinha recentemente perdido 8 cabeças de gado vitimados na linha do trem. O trem “só serve para matar a criação dos outros”, e “ninguém paga esse prejuízo”. Segundo ela, o trem matava mais do que onça e não havia como pará-lo: “tem nem prego para fazer furo no pneu”. O trem passa naquela região há mais de 10 anos: “a buzina é doída de madrugada”. Para se viver ali, é preciso se acostumar com o apito alto do trem, principalmente se há algum movimento de animais na ferrovia, quando ele apita sem parar: “quando tem uma coisa na pista, faz panpanpan”.¹²

Não há, contudo, quem se responsabilize pelas perdas e prejuízos dos camponeses. A Empresa VLI Multimodal S.A., que administra o trecho de Açailândia-MA à Porto Nacional-TO por onde passa a produção *dos grandes*, levando soja e trazendo milho, não cuida da manutenção da cerca que deveria impedir que a criação camponesa cruze a linha do trem. É no barulho doído e na matança do gado que também se veem os efeitos da expansão do agronegócio, em especial da soja. Já em 2011, a ferrovia Norte-Sul em Colinas, no porto seco de Palmeirante, transportava um imenso volume da produção *dos grandes*:¹³

em Colinas, em franca atividade, para se chegar ao transporte mensal das 50 mil toneladas, uma sofisticada operação logística é colocada em prática. Para tanto, pelo menos 100 bi-caminhões com quase 40 toneladas de soja cada despejam o

¹¹ Entrevista concedida a autora e autora em 14 jun. 2024.

¹² Conversa informal com autora e autora em 26 jun. 2024.

¹³ Em uma notícia de 23 de maio de 2011 da Secretaria de Comunicação do Tocantins, intitulada “Ferrovia Norte Sul em Colinas já carrega 50 mil toneladas mês”, lê-se que o governador se reuniu com representantes das “empresas vencedoras da licitação dos lotes das área do pátio de transbordo que fica a 25 quilômetros do centro de Palmas. Participaram Nova Agri, Norship, Cosan, Petrobrás Distribuidora, Vale e Bunge Alimentos, além de representantes da Valec” (Raposo, 2011, s/p).

produto, três vezes por semana, no silo de seis mil toneladas do pátio ferroviário de Colinas, a 300 quilômetros de Palmas (Raposo, 2011, s/p).

Não apenas as monoculturas de soja que dominam a região, mas também as de eucalipto, produzem efeitos diretos na terra e na produção camponesa. Edna, de uma ocupação nos arredores de Filadélfia, relatou a mudança que sentiu com a chegada do eucalipto: “eu senti na água! No corguinho lá em casa que ele nunca, nunca tinha secado. E quando começaram a plantar esses eucaliptos aí, eu já cheguei lá no poço mesmo, que meu esposo abriu, que hoje é uma barragemzinha, eu já cheguei rastelar e acender fogo lá. Aí quando ele secou uns dois anos, ele pegou e abriu ele mais pra ver se ele não secava, aí foi que ele não secou mais. Aí ele não secou mais, mas ele secou quando começaram a plantar esses eucaliptos”.¹⁴

Nas conversas com camponesas e camponeses, o aumento do número de caititus, periquitos e macacos, identificados como “pragas” nas roças e quintais, também é associado à expansão das extensas áreas de monocultura, ao desmatamento cada vez maior e à consequente diminuição de roças camponesas na região. Como explica Edna sobre a escassez que leva os animais a buscarem alimentos nas poucas roças que sobram: “eles não estão diminuindo não, só aumentando. Eu acho que é porque mais atrás, muita gente plantava, né e hoje, é pouca gente que mexe com roça. Mais é com soja, é com eucalipto, né? Aí não tem o que os bichinhos comerem, aí não tem com o que eles dividirem. Então como é pouca gente que planta, aí eles vão atacar nas roças que tem. Aonde tem”. Nessa mesma conversa, Jéssica também lamentava pela falta de área preservada para que os bichos possam se alimentar: “é, fica mais pouco, minha irmã. Fica mais pouco os bichos, porque eles dividem. Vai pra roça de um, vai pra roça de outro, fica mais fácil. Agora com de um, dois, três só... que planta, ô minha irmã, é praga demais dos bichos”.¹⁵

¹⁴ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

¹⁵ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

O ambiente homogêneo das fazendas monocultoras, controlado por venenos, e o desmatamento são apontados como responsáveis por transformar os animais da região em pragas nas áreas camponesas que conservam o ambiente. Como Dona Sara falou do tempo de seus pais, Dona Ângela, em outra comunidade, lembrava como sua mãe fazia adubo com as cinzas da roça queimada e colhia tudo que plantava: “Agora, tipo assim, eu acredito que naquele tempo tinha muita agoniação das aves, só que não era tanto igual hoje. Por quê? Porque naquele tempo tinha mato, tinha fruta pros bichos entreter, comendo, entendeu? E hoje não tem. Aí onde tem os bichinhos vai. Entendeu? Tudo obra de quem? Do homem! No desmatamento, nas coisas, porque prejudica tudo, prejudica os bichos, prejudica os mais pequenos, prejudica todo mundo, mulher”.¹⁶

Trata-se de um cenário em que as comunidades camponesas sentem-se cada vez mais ilhadas, acuadas, expulsas, desapropriadas de sua terra e, muitas vezes, consideradas intrusas em seus próprios territórios. Os pequenos agricultores que resistem têm a sua produção ameaçada pela deriva de agrotóxicos e pelos animais famintos que procuram algum alimento em meio a tanta monocultura, como nos ensina Edna: “se todo mundo aqui na região plantar, a praga é mais pouca. Mas se for um, dois que plantar, se os outros não plantar, não adianta não, minha irmã”.¹⁷ Os efeitos da expansão do agronegócio tornam-se nítidos nas mudanças da paisagem no Centro-Norte do Tocantins e nos efeitos nocivos às produções camponesas, diminuindo a fartura de antigamente. Mas essa não é a única fonte de preocupação dos camponeses e camponesas, que cada vez mais se veem às voltas com a presença de bancos e financeiras lhes oferecendo crédito. Como se verá adiante, o endividamento disseminado nas comunidades está associado à necessidade de incremento da renda familiar, recursos para benfeitorias em suas terras e acesso a créditos que lhes permita impulsionar as roças e criações da qual dependem para manutenção das

¹⁶ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024.

¹⁷ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

suas relações de vida e trabalho.

Empréstimos e aposentadoria rural

Em pesquisa recente sobre uma unidade familiar na zona rural de Darcinópolis, no Norte do Tocantins, Dernival Ramos Júnior e Harley Silva (2022) enfatizam práticas econômicas não direcionadas apenas ao mercado e que são fundadas em relações de domesticidade e reciprocidade (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 22). Os quintais produtivos no Norte do Tocantins e a economia camponesa são exemplos de tais práticas econômicas. Caracterizados por uma orientação para a diversidade como recurso, eles são espaços de construção e materialização da memória de vínculos afetivos, sociais e de parentesco e laços de reciprocidade. Plantados em volta da casa ocupada pela família, os quintais são cultivados como reserva de biodiversidade socialmente reconstruída e parte do aparato de reprodução social da unidade familiar. Tendo a diversidade como recurso,

nesses sistemas, a diversidade de espécies e ciclos de vida dos indivíduos cria uma composição de ciclos reprodutivos variados e sazonais. Essa variedade produz uma estrutura temporal de produção, consumo e eventualmente comercialização, distribuídos ao longo do ano e não concentrados em regimes de safra e entressafra, como é o caso dos sistemas especializados (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 22).

Nos quintais vê-se nitidamente a diferença entre um modo de apreender o mundo que marca o agronegócio e um domínio social marcado por relações de ajuda mútua com parentes e amigos na limpeza de terreno, na colheita da macaxeira e mandioca, na construção de estruturas físicas como casas de farinha, currais e moradia. Trata-se de um esforço coletivo em situações em que as famílias não possuem recursos financeiros para contratar trabalho remunerado (Ramos Júnior; Silva, 2022).

Contudo, ainda que coletivamente operando a partir de uma lógica distinta daquela do mercado, o que se percebe com a ampliação do acesso à aposentadoria rural é o crescente

enredamento de camponeses no setor financeiro, como clientes de linhas de crédito pessoal. Kaizô Beltrão, Francisco Oliveira e Sonoê Pinheiro (2000, p. 19) mostram como, a partir da Constituição de 1988, a previdência rural culminou na “crescente importância econômica do idoso no grupo familiar de baixa renda, fruto não só dos processos de envelhecimento demográfico mas também das melhorias nas condições de elegibilidade e valor dos benefícios”. Ao mesmo tempo em que as aposentadorias rurais figuravam como um importante incremento de renda familiar, a partir dos anos 2000 elas abriram a possibilidade de acesso a linhas de crédito consignado oferecidos a pensionistas, em um processo que Lena Lavinas e Denise Gentil (2018) identificam como de financeirização das políticas sociais. Como lembra Mariana Chaise (2024) a política do crédito consignado para a expansão do consumo foi pouco contestada, tendo perdurado em governos de todas as tendências políticas.

O endividamento relacionado à aposentadoria rural muitas vezes começa já na relação com intermediários que se oferecem para dar entrada no processo de aquisição deste benefício junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao longo das conversas com camponesas e camponeses em 7 comunidades no Centro-Norte do Tocantins, escutamos diversos casos de dívidas associadas a profissionais, sobretudo advogados, que foram às casas das pessoas oferecendo o serviço de solicitação da aposentadoria.

Dona Neide nos relatou durante os debates na oficina que havia sofrido um golpe de advogados para conseguir a sua aposentadoria rural e mostrou os boletos que ainda precisava pagar. Quando visitamos sua comunidade, ela detalhou a situação que vinha lhe causando muita revolta. Era julho de 2024 e ainda faltavam 8 parcelas a serem pagas, a primeira havia sido paga em janeiro daquele ano. Quando saiu a sua aposentadoria e o valor retroativo de R\$ 21.000,00 a que tinha direito entrou em sua conta, ela sacou em dinheiro vivo e entregou para os advogados R\$ 5.000,00 em um dia e R\$ 11.000,00 no dia subsequente. Além desse valor, ela ainda tinha

os 14 boletos entregues pelos advogados que deveriam ser pagos mensalmente no valor de R\$ 706,00 (totalizando R\$ 9.178,00). Dona Neide contou que todo mês ela vai a Araguaína, saca a sua aposentadoria no Banco Itaú e paga o boleto na lotérica, já que se atrasar, paga multa. Disse ainda que quando vieram fazer a proposta, apresentaram vários papéis, 10 folhas, que ela assinou, mas não ficou com nenhuma cópia. Foram na sua casa três vezes e a aposentadoria saiu 2 anos depois. A ausência da cópia do contrato assinado lhe dava a sensação de que havia caído em um golpe, do qual não sabia como sair, a não ser por meio da quitação da dívida.¹⁸

Havia muitos relatos como esse de empréstimos contratados com a finalidade de pagar advogados. Nessa mesma conversa, Dona Eunice contou que seu marido também havia feito um empréstimo consignado na aposentadoria para pagar o advogado e quitar um empréstimo que tinha feito dentro da comunidade. Já Dona Ângela lembrou depois que seu marido fez um empréstimo pela Crefisa quando se aposentou para pagar a advogada e ainda paga todo mês. Segundo ela, “tem um chão ainda para terminar” de pagar.¹⁹

Em outra comunidade, Dona Carolina pagou R\$ 7.000,00 pelo processo de aposentadoria rural, que foi quase todo o valor que recebeu do retroativo (R\$ 7.144,00). No caso dela, não houve pagamento de mais nenhum valor parcelado, embora o advogado, filho de um amigo de sua família, tenha sugerido isso. Já o seu marido se aposentou com outro advogado da cidade mais próxima que visitou a comunidade. O trabalhador rural pagou metade do retroativo (R\$ 4.700,00) e um ano de parcelas no valor da metade de seu benefício (R\$ 706,00). Segundo ela, quando ele terminar de pagar o advogado, pretende pegar um empréstimo consignado com sua aposentadoria, ao contrário dela própria, que não pegou consignado com a aposentadoria, só com o Bolsa Família.

¹⁸ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024. Dona Neide faleceu em outubro de 2025, lamentamos muitíssimo a sua perda precoce e dedicamos esse artigo ao seu jeito único de conversar e receber em seu quintal produtivo tão diverso.

¹⁹ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

Nem todas as comunidades recebem visitas de advogados ou financeiras, mas muitas recebem. Quase todas relataram propostas de consignado no Bolsa Família, propostas de empréstimo assim que recebem sua aposentadoria e ligações oferecendo empréstimos e cartão de crédito. Dona Sebastiana disse que pegou 3 empréstimos consignados em sua aposentadoria rural, 2 no Banco Itaú e 1 na Caixa Econômica Federal, e guarda uma pasta com documentos relacionados a isso. Ela se aposentou em 2020 e os empréstimos foram feitos com o objetivo de arrumar a represa em seu lote para criação de peixe, “puxar a energia” e comprar material de construção para sua casa de alvenaria na chácara onde mora em uma casa de chão batido, madeira e telhado de palha. Afirmou que ela mesma foi atrás dos empréstimos em Colinas. Foi aposentada com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e não teve problemas com esse processo.

Na pasta havia uma proposta de empréstimo para a sua conta no Bradesco, de 2021. O empréstimo seria de R\$ 4.136,92 a ser pago em 84 parcelas (7 anos) de R\$ 97,45. Não foi informada de que, ao final, pagaria um valor total de R\$ 8.185,08 e que a taxa de juros era de 23,87% ao ano, e que terminaria pagando quase o dobro do que pegara emprestado. Havia ainda um outro documento, também do Bradesco, para uma Autorização de Reserva de Margem Consignável no Cartão de Crédito. O documento apresentava a lei do consignado (10.820/2003) e datava de 29/11/2021. A proposta era reservar 5% da margem consignável para quitação de despesas contraídas por meio de cartão de crédito. Apresentava também uma autorização para antecipação de saque do cartão de Crédito Consignado – Pessoa Física. O saque seria de R\$ 1.100,00, a ser pago em 48 parcelas (4 anos) de R\$ 43,27, totalizando R\$ 2.076,96.

Havia ainda um outro papel do Banco Itaú Consignado S.A. de 12/07/2021. Ali o valor do empréstimo seria de R\$ 15.488,93, a ser pago em 84 parcelas (7 anos) de R\$ 384,90. O vencimento da primeira parcela seria em janeiro de 2022 e a última em dezembro de 2028. Havia a informação do total a ser pago, R\$ 32.331,60, e os juros de 1,8% ao mês. A financeira parceira do Banco Itaú

nessa transação era a Bevcred Informações Cadastrais LTDA e foi apresentada a ela por uma conhecida. O primeiro documento da proposta datava de 06/07/2021.

Dona Sebastiana disse que tinha pegado o empréstimo para a construção da casa, mas não sabia informar qual daqueles documentos se tratava do que havia ou não contraído. Disse também que havia um valor que estava sendo descontado de sua aposentadoria que não sabia a que se referia. Nota-se o problema da falta de transparência dos bancos em relação aos produtos que ofertam, criando frequentemente a sensação entre seus clientes de que não lhes foi repassada a informação sobre os juros e as formas de pagamento.²⁰

Já Dona Marli fez um empréstimo em setembro de 2023, um consignado na aposentadoria rural. Ela foi atrás do banco para pegar um empréstimo e colocar placas solares em seu lote. Foi um empréstimo de 5 anos, 60 parcelas de R\$ 289,00 ou R\$ 282,00, ela não lembrava o valor ao certo. Não informaram o valor total a ser pago ao final e disseram que ela poderia abater as parcelas finais com o 13º. Fez o processo de aposentadoria com o advogado de sua filha, que cobrou R\$ 3.500,00 e fez um acordo com o juiz para que a aposentadoria saísse logo sem receber o retroativo.²¹

Tanto na discussão da oficina quanto nas visitas a comunidades, a necessidade de crédito para melhorar a produção familiar foi diversas vezes mencionada. Na conversa feita no lote de sua casa, Dona Ângela enfatizou que com a terra do jeito que estava, difícil de cultivar, era necessário um trator para preparar o terreno para o plantio.²² Em outra comunidade, as mulheres da roda de conversa também demonstraram interesse no acesso a créditos, afirmando que sem eles vão se virando, “formando um pedaço de terra aqui, fazendo uma roça no toco mesmo, porque... cadê o crédito para você pelo menos botar um trator? Ou você faz um empréstimo para trabalhar dentro ou você não tem, né. Então, assim, é complicado. E a prefeitura ajuda muito, né, porque a prefeitura

²⁰ Entrevista concedida a autora e autora em 26 jun. 2024.

²¹ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

²² Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024.

entra com o maquinário e a gente entra, pelo menos com o óleo pra tá ajudando, né. Aí, assim, a gente consegue formar um alqueire, um alqueire e meio por ano, entendeu? Então, é difícil. Ou você faz uma represa e cria um peixinho pra vender ou pro próprio consumo, né, faz uma roça”.²³

Por outro lado, questionamentos e reclamações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também apareciam.²⁴ Se o crédito consignado, pensado como uma linha de crédito pessoal, causava o endividamento e a agonia de ter a pensão reduzida para pagamento das dívidas, muitas vezes acabava por ser a maneira mais fácil de se conseguir crédito para viabilizar as roças e criações em comparação com subsídios do governo. As linhas de fomento para a agricultura familiar, que é o caso do Pronaf, exigem procedimentos burocráticos e expertise técnica pouco acessíveis a trabalhadoras e trabalhadores rurais.²⁵

A maioria das comunidades com as quais trabalhamos se enquadram na linha conhecida como Pronaf A, que oferece tipos de crédito (custeio, investimento e industrialização) destinados ao Grupo A, para comunidades assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, pescadores etc. Essa linha de crédito possui menos exigências por se tratar de grupos especiais. Ela não exige, por exemplo, um fiador, já que não é preciso apresentar alguém para dar segurança ao banco uma

²³ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

²⁴ A página oficial do governo descreve o programa da seguinte maneira: “De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares” (Brasil, 2024).

²⁵ O Pronaf é uma linha de crédito específica para a agricultura familiar dividida em tipos distintos de crédito rural (custeio, investimento e industrialização) e linhas de crédito (PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Produtivo Orientado, PRONAF Agroecologia etc.). Este fomento é direcionado a diferentes grupos de Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, divididos por sua vez em A, A/C, B e V (Conexsus, 2024). O grupo A é composto por: Assentadas pelo PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária); Beneficiárias do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário); Beneficiárias do PCRF (Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária); Indígenas que residem e trabalham em terras declaradas pela Funai; Quilombolas que residem e trabalham em quilombo certificado pela Fundação Palmares (Conexsus, 2024). O grupo A/C é o grupo A que já contratou o crédito; o grupo B são famílias com renda anual de até R\$50.000,00 que não contratem mão de obra permanente; e o grupo V são famílias que não se enquadram em nenhum dos outros grupos (Conexsus, 2024).

vez que o risco é assumido pelo governo, que subsidia em torno de 40% desses financiamentos. Se o assentado quitar o crédito em dia, tiver com os filhos na escola e fizer a preservação do meio ambiente, terá uma série de descontos.

Apesar de ter sido fruto da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o Pronaf ainda requer uma série de burocracias e conhecimentos técnicos que o tornam pouco acessível. São constantes os pedidos de ajuda ou informação para poder acessá-lo. Para conseguir o crédito é preciso ter o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), que identifica e qualifica a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA (Conexsus, 2024). Além do CAF, emitido por uma Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural²⁶ ou pelo sindicato, é preciso também apresentar um projeto de viabilidade com cronograma de execução e cronograma de pagamento. Uma vez aprovado, o recurso não é repassado todo de uma vez, mas por investimento: se fez uma roça, tem que aguardar um período para receber a segunda parcela e uma carência.

O Pronaf é um financiamento individual, recebido no CPF de cada trabalhador, mas a associação dos assentamentos funciona como agente mobilizador da comunidade que faz a ponte entre os trabalhadores, a assistência técnica e o banco. O Pronaf Fomento é a primeira linha a ser acessada pelas unidades de agricultura familiar, usado para instalações iniciais, e vem para a conta da associação. É importante perceber que há uma diferença entre apoio do governo (recursos subsidiados a fundo perdido ou benefícios sociais) e as linhas de crédito como financiamento, que ainda que sejam subsidiadas, exigem o pagamento em dia, acarretando multas e juros caso isso não seja feito. Essa confusão é também comum entre comunidades camponesas.

As mulheres que estavam presentes em uma das rodas de conversa, por exemplo, relataram um problema relacionado ao Pronaf Fomento, que foi recebido pela associação de sua comunidade

²⁶ No caso do estado em questão, trata-se do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins.

através do Banco do Brasil. Um total de 135 famílias foram beneficiadas e 48 famílias não receberam. Algumas famílias receberam apenas a primeira parcela. O crédito foi repassado em duas parcelas de R\$ 2.500,00 e R\$ 2.800,00. Pagaram uma primeira vez R\$220,00 e era para terem feito um segundo pagamento de R\$ 280,00, mas com a pandemia, o boleto não chegou e várias famílias estão com uma dívida de R\$ 4.000,00. Disseram que viram essa dívida apenas ao entrar no sistema do INCRA, em uma Lan House na cidade mais próxima, e que não receberam nenhuma cobrança, tampouco seus nomes estão no SERASA. Foi relatado ainda que técnicos recebem para elaborar o projeto do Pronaf para as comunidades, para fazer o cronograma de execução e pagamento. Nesse assentamento, cada família pagou R\$ 250,00 para custear a elaboração do projeto que lhes permitiria ter acesso a essa linha de crédito do governo.²⁷

Algumas das mulheres entrevistadas nos contaram que, assim como Dona Carolina mencionada anteriormente, elas também fizeram o consignado do Bolsa Família e pagam R\$ 70,00 por mês. Outras disseram ter contraído empréstimos pessoais. Uma delas relatou que contratou um empréstimo na lotérica e irá pagar por 2 anos. Já Graça explica como gerencia suas vendas e tem dificuldade com os empréstimos: “Sempre aqui em casa eu vendo uma coisa, eu mexo com venda, aí se eu vendo uma coisa e é R\$70,00, eu gasto os R\$50,00 que eu investi e os R\$20,00 eu guardo, né. Eu sempre estou fazendo isso, sempre faço isso nas minhas vendas aqui da terra, do que eu vendo. E também do empréstimo, às vezes você faz um empréstimo, você paga, vai dizer, não, você tem 7 anos de carência, 3 anos de carência, 10 anos de carência, aí você vai começar a pagar com 3 anos, mas você paga, e a vez que você não pagar bem, não dá certo, aí você vai fazer outro empréstimo pra pagar aquele que você fez, né? E sempre você vai continuar assim se endividando e não tem nada, nunca consegue ter nada”.²⁸

²⁷ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

²⁸ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

Ao se depararem com o relato da venda de parte da terra da família para que pudessem ter recursos para a aquisição de um “veículo utilitário leve para uso nos trabalhos do sítio” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 19), renovação do curral, das instalações de manejo do gado e da reforma da casa, Ramos Júnior e Silva (2022) refletiram sobre uma relação entre o problema da venda de lotes em comunidades e a falta de acesso a crédito, uma vez que a venda ali aparece como uma “estratégia de ampliação das condições de reprodução” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 27). Isso mostra como o acesso a créditos é importante para a produção camponesa. Diante de tantas dificuldades para acessar um crédito subsidiado, com juros mais baixos e voltado para a produção da agricultura familiar, as camponesas e camponeses parecem optar pelo crédito consignado que lhes é disponibilizado sem dificuldades pelos bancos e financeiras. E como há necessidade de recursos, contratam o crédito consignado nas condições impostas pelos bancos e financeiras, que não lhes informam devidamente o valor dos juros e as condições de pagamento. Como efeito, temos uma completa desinformação acerca do programa oferecido pelo governo e a contração de diversas dívidas para conseguir pagar empréstimos a juros abusivos.

Percebemos assim a captura individual de camponeses pelas formas do mundo financeirizado por meio da desinformação e necessidade de crédito em uma paisagem na qual a terra fica cada dia mais difícil de trabalhar e o clima cada vez mais instável. O capital rentista, assim, vai se fazendo ver tanto nas paisagens do Centro-Norte do Tocantins, transformadas por um modelo de agronegócio cada vez mais financeirizado e tecnológico, quanto nas famílias endividadas por meio de linhas de crédito pessoal, frequentemente garantido pela aposentadoria rural ou Bolsa Família.

Considerações finais

As camponesas e camponeses das 7 comunidades visitadas no Centro-Norte do Tocantins apontaram para questões que há muito assolam a região, como os contínuos assassinatos e tensões relacionados à venda dos lotes e ocupação das reservas das comunidades (Moraes,

2024). Ressaltaram também mudanças mais recentes associadas à expansão do agronegócio, com a diminuição na produtividade camponesa com o aumento de pragas, o uso de agrotóxico em fazendas circunvizinhas, a falta de água, mudanças no clima e grandes secas. Este artigo buscou apontar como todas essas transformações na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm implicado em uma série de dificuldades na manutenção das roças que levam à necessidade de recursos, facilmente acessados por meio de linhas de crédito consignado pessoais e dificilmente acessadas por linhas de fomento à agricultura familiar.

Como parte desse processo, os camponeses e camponesas das comunidades que participaram desta pesquisa reiteraram a crescente presença de financeiras e agentes de empréstimo de bancos tradicionais em suas casas, mesmo que boa parte dos bancos não tenha agências nas cidades pequenas que circundam seus territórios. Também apontaram para o acesso fácil a empréstimos por meio de intermediários apresentados por relações de afinidade e amizade, bem como casos de golpes envolvendo escritórios de advocacia da região, que comumente demandam a assinatura de documentos por parte de pessoas não alfabetizadas para assessoria com a solicitação da aposentadoria rural. Diante da angústia com as dívidas e, no caso do empréstimo consignado, a retenção da aposentadoria ou benefício pelo banco, algumas pessoas com quem conversamos mencionaram a necessidade de refinanciar a dívida ou mesmo pegar um empréstimo para pagar outro, uma questão também reconhecida recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que em fevereiro de 2025 lançou o programa Desenrola Rural justamente para esse fim.

Para além da importante e imprescindível resolução pontual das dívidas, o que o debate realizado com camponesas e camponeses revelou foi a necessidade de que uma reflexão crítica sobre a dívida seja acompanhada da compreensão sobre o contexto desse endividamento. Não à toa suas preocupações quanto ao endividamento estavam associadas às questões típicas da

produção agrícola em pequena escala. Quando perguntadas sobre quais os motivos para tomarem um empréstimo, muitas delas afirmaram que precisavam do dinheiro para construir suas casas ou fazer benfeitorias em seus lotes, como a instalação de encanamento, preparação da terra para produção, ou mesmo para gastos com filhos e netos. Assim, o endividamento aparece naquele contexto como um problema associado às dificuldades na produção em um contexto de constantes conflitos agrários e mudanças na paisagem com o avanço do agronegócio, como a transformação de bichos, que antes eram caça, em pragas em decorrência do desmatamento, o custo do maquinário, a terra cansada, a falta de estrada, o preço do calcário e a falta de acesso à venda de produtos em mercados.

Esta reflexão feita em conjunto com comunidades camponesas do Centro-Norte do Tocantins também levantou um debate sobre a diferença entre um modo financeiro de apreender o mundo e as próprias tradições de pequenos agricultores em comunidades rurais. Assim, de um lado, foram levantados os principais problemas relacionados ao tema da financeirização, como a falta de fornecimento pelos bancos e financeiras de informações qualificadas sobre os empréstimos oferecidos, a dificuldade de acesso a políticas sociais de crédito, as dívidas decorrentes de empréstimos e hipotecas e o uso de cartão de crédito no comércio, o efeito “bola de neve” das dívidas e a necessidade de sua renegociação. De outro lado, foram também mencionadas práticas há muito tempo conhecidas naquela região, como a poupança coletiva, sistema de trocas de produtos, trabalho na meia (“trabalhar para no final dividir a produção, como meeiro”), mutirão, pix solidário, vaquinha, rifa, bingo, ajuda entre parentes/ comunidade (“quando não cobra juros é ajuda”), consórcio e crédito amigo.²⁹

Pode-se, portanto, dizer que tal experiência de incitar o debate sobre financeirização em conjunto com comunidades camponesas e movimentos sociais se mostrou também como uma

²⁹ Debate feito em oficina, 08 mar. 2025.

maneira de nutrir a imaginação sobre espaços alternativos e abrir a possibilidade de desafiar desigualdades estruturais (Graham; Gibson, 2006). Nesse sentido, o conhecimento de camponesas e camponeses é essencial para identificar não apenas a expansão do agronegócio financeirizado, como também formas econômicas alternativas ao processo de financeirização.

Referências bibliográficas

BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary. Introduction: material cultures of financialisation. In: BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary (Orgs.). **Material Cultures of Financialisation**. Oxon/New York: Routledge, 2019.

BEAR, Laura; Ho, Karen; Tsing, Anna; Yanagisako, S. Gens: A Feminist Manifesto for the Study of Capitalism. Theorizing the Contemporary, **Fieldsights**, 30 de março de 2015. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BELTRÃO, Kaizô I.; OLIVEIRA, Francisco Eduardo B.; PINHEIRO, Sonoê S. A População Rural e a Previdência Social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. **Texto para Discussão**, nº 759, IPEA, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 8.447**, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.. Diário Oficial da União (D.O.U.), n. 85, Brasília, DF, 07 de maio de 2015, p. 2.

BRASIL. Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Serviços e Informações do Brasil, **Governo Federal**, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CHAISE, Mariana Falcão. **Há crédito por toda parte**: as disputas pelas políticas de crédito ao consumo popular no Brasil e em perspectiva comparada. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Endividamento das Famílias Reduz pelo Segundo Mês. **Pesquisas CNC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**, agosto 2024.

CONEXCUS. Como acessar crédito rural pelo PRONAF? Passo a passo para a agricultura familiar. Rio de Janeiro: Conexsus, 2024.

CROTTY J. The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and 'Modern' Financial Markets on Nonfinancial Corporation Performance in the Neoliberal Era. In: Epstein G. (Org.) **Financialization and the World Economy**. Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar, 2005. pp. 77-110.

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira. **Territorialização do Capital e Desestruturação de Socioeconomias Camponesas no Cerrado Piauiense**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

EPSTEIN G. Introduction: Financialization and the World Economy. In: Epstein G (Org.) **Financialization and the World Economy**. Cheltenham / Northampton, MA: Edward Elgar, 2005. pp. 3-16.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it)**: a feminist critique of political economy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J. K.; CAMERON, J.; HEALY, S. **Take back the economy**: An ethical guide for transforming our communities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

KRIPPNER G. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review** 3(2): 173–208, 2005.

LANGLEY, Paul. The financialization of life. In: MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha (Orgs.). **The Routledge International Handbook of Financialization**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2020.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil Anos 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos CEBRAP** [online], v. 37, n. 2, p. 191–211, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020004>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MDA. Programa Desenrola Rural vai facilitar acesso a crédito aos agricultores familiares. Notícias, **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar** (MDA), 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/programa-desenrola-rural-vai-facilitar-acesso-a-credito-aos-agricultores-familiares>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MIRANDA, Evaristo Eduardo; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **Nota Técnica 1**, Grupo de Inteligência Territorial (GITE/Embrapa), Campinas, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1037313/proposta-de-delimitacao-territorial-do-matopiba>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MORAES, Antonia Laudeci Oliveira. **“Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá”**: a trajetória de vida de Raimunda Pereira dos Santos. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.

SANTOS, Valéria; MORAES, Antonia Laudeci; NEVES, Lorrany; VENÂNCIO, Sariza. Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira : da Luta Territorial à Luta por Autonomia Feminina. **Revista Escritas**, 13(01), pp. 99–120, 2021. <https://doi.org/10.20873/vol13n01pp99-120>.

PERIN, Vanessa. Sustainability for Finance: Situating Green Bonds in the Assetization of Brazilian Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, 2025; 0:e70004.

PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina. Introdução: Mercantilização da Água e Financeirização da Energia Elétrica. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais**. São Carlos: EDUFSCar, no prelo.

RAMOS JÚNIOR, Dernival; SANTOS, Valéria. Crise energética, cercamento das águas e resistência: o desafio da construção de comunidades político-epistêmicas. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 92, p. 29-46, 2023.

RAPOSO, Márcio. Ferrovia Norte Sul em Colinas já carrega 50 mil toneladas mês. Secretaria da Comunicação, Notícias, 23 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/ferrovia-norte-sul-em-colinas-ja-carrega-50-mil-toneladas-mes/5n89pug57p5#:~:text=O%20P%C3%A1tio%20ferrovi%C3%A1rio%20de%20Colinas,ser%C3%A1%20percorrido%20em%20dois%20dias>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, Josiel Ferreira. **Dona França e a Ilha de São José**: diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirinho. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território), Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.